

# A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DA HISTÓRIA

Selene Maíra Morales

Bolsista do grupo PET Arquitetura - Ufal

A obra de arte, entendida como produto da manifestação humana subjetiva, forma-se a partir da conjugação de dois elementos essenciais, que são matéria e imagem (BRANDI, 2006). A matéria é tida como o suporte físico e tangível através do qual a imagem se transmite, sendo este um elemento de caráter imaterial, que se reconhece e concretiza a partir da relação subjetiva que se estabelece com o indivíduo que a vivencia.

A arquitetura, afora seu caráter utilitarista, assume a qualidade de obra de arte, superando a mera condição de abrigo e estabelecendo relações subjetivas e imateriais com aqueles que a vivem. Neste extravasamento qualitativo, a arquitetura coloca-se, também, como um instrumento de manutenção e transmissão da história dos povos, revisitada e sedimentada através dos tempos. Segundo FERREIRA (1992), "a manutenção das expressões do passado histórico é um dos mais relevantes fatores de continuidade na construção da memória coletiva dos povos, concorrendo para a definição e fixação da identidade social e cultural das nações". Desta forma, conservar o patrimônio arquitetônico de uma sociedade é uma forma de fortalecer os laços simbólicos e imateriais que se estabelecem nesta construção coletiva da História.

Dada a necessidade de manutenção do patrimônio arquitetônico como forma de fortalecer os laços simbólicos e imateriais que se estabelecem na construção coletiva da História, impõe-se a atividade do restauro, definido por BRANDI (2006) como "o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dupla polaridade estética e histórica, com vista à sua transmissão para o futuro." Trata-se de uma ação de natureza complexa de duplo caráter técnico e artístico sobre pré-existências, que demanda uma compreensão multidisciplinar de conceitos estéticos e técnicas de manipulação dos monumentos.

Esta noção de monumento histórico, por sua vez, despontou no século XV, à luz dos ideais humanistas da Renascença que emergiam na Itália, reconhecendo-se que há determinados produtos da atividade humana que extravasam seus limites materiais. Tardou, entretanto, a institucionalização da proteção ao patrimônio, dada apenas no século XIX, na França, quando se concebeu a figura do tombamento como instrumento para preservação patrimonial. Já no século XX, em 1956, foi criado, pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais, estabelecendo-se, assim, o primeiro núcleo voltado aos estudos dessa natureza.

Apesar de tardio, o desenvolvimento das atividades de conservação e restauro patrimoniais ganhou força na Europa de forma notável. Possuidor de um vasto patrimônio arquitetônico, este continente mostra ao mundo um alto nível de consciência coletiva acerca do valor imensurável deste tesouro. A Itália, centro máximo da Teoria e Prática do Restauro, encanta ao mesmo tempo em que frustra o



Monumento a Vittorio Emanuele em restauro, Roma, Itália.

visitante que espera apreciar suas obras. São incontáveis os monumentos que se espalham pelo país e incansável é o trabalho de restauro e conservação. São guias, tapumes, andaimes e telas que se erguem sobre os edifícios por todos os lados, como os cuidados que uma mãe zelosa derrama sobre seus filhotes.

Roma, por exemplo, concentra um patrimônio monumental único, de uma riqueza sem paralelos. São inúmeras obras que guardam toda uma História de muitos séculos e cuja supremacia atingiu um nível tal de universalidade que atrai, ao longo de todo o ano, milhares de visitantes de todas as partes do mundo. Há uma herança coletiva que se transmite no passar dos tempos e uma consciência social forte acerca do valor que reside neste patrimônio. A preservação do edificado monumental, dotado de forte carga simbólica que remete ao poderio de que um dia desfrutou esta civilização, permite que a História desse povo, refletida por toda a humanidade, seja revisitada, construída e reconstruída, como um ciclo vital de renovação incessante.

O restauro, compreendido como uma ação de duplo caráter técnico e artístico sobre pré-existências, apresenta uma faceta de certo modo subjetiva, em que se procede a uma valoração sobre o que se deve considerar monumento. A fim de superar este caráter relativo que envolve esta discussão, a UNESCO estabeleceu uma série de critérios para orientar a qualificação dos monumentos. Entretanto, a conservação patrimonial esbarra em conflitos de interesses diversos, como se vê, tão freqüentemente, no Brasil. No infatigável confronto entre o interesse público e o privado, muitas vezes, vence o poder de poucos, sobrepondo-se sobre o que é realmente valioso para a coletividade.

Somos, ainda, um país jovem, construindo nossa História em um cenário multicultural, encantador e rico. Precisamos desenvolver uma consciência coletiva sobre nosso próprio valor, compreender a importância do nosso patrimônio e preservá-lo. É necessário estimular a discussão sobre preservação e restauro do patrimônio e subsidiar as intervenções necessárias à manutenção do nosso edificado representativo. Sobretudo, é preciso colocar, acima das partes, o todo, o interesse público, sempre, acima das ambições individuais.

## Referências bibliográficas

BRANDI, C. Et al. Teoria do Restauro. Mafra: Ed. Orion, 2006.

FERREIRA, C. A. Restauro dos Monumentos Históricos – Restaurar Por Que? Restaurar O Que? Restaurar Quando e Como? Lisboa: Instituto Português do Patrimônio, 1992.

SCIFONI, S. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização.

Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp14/Geousp\\_14\\_Scifoni.htm](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp14/Geousp_14_Scifoni.htm)